

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DOS POVOS NATIVOS AO PERÍODO IMPERIAL

Diego Melquior Melo Martins ¹
Danjelo Pereira de Araújo ²
Valmir Flôres Pinto ³

RESUMO

Este artigo visa apresentar a História e concepções da Educação Profissional Técnica no Brasil, partindo do período anterior a chegada dos colonizadores portugueses com as práticas educacionais dos povos nativos, em seguida com o Brasil Colônia e os desdobramentos da educação profissional deste período e por fim o período Imperial e as estruturas educacionais desenvolvidas nessa época. Os pressupostos metodológicos utilizados nesta pesquisa estão subsidiados na perspectiva científica de natureza bibliográfica. Nesse sentido a Educação Profissional será apresentada a partir de alguns dos seus momentos chave baseado em registros e documentos que antecedem a formalização legal da mesma em 1909 com a criação das 19 escolas de Aprendizes Artífices pelo presidente Nilo Peçanha. A História e concepções da Educação Profissional Técnica foi dividida em três seções, que tratam das Práticas Educativas nos Povos Nativos, Brasil Colônia e as ações de aprendizagem, Período Imperial e a estrutura educacional. Conclui-se que o Estado esteve ausente e pouco fez com relação as suas responsabilidades para com a educação profissional, deixando esse papel ser desempenhado por iniciativas educacionais religiosas e de grupos formados por empresários e particulares, criando demandas retidas de mão de obra especializada e de qualificação profissional mínima necessária para atender tanto as necessidades de próprio Estado quanto dos setores produtivos e da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Educação profissional, Povos nativos, Brasil colônia, Império.

INTRODUÇÃO

Quando se trata de história da Educação Profissional podemos apontar vários possíveis momentos como marcos da mesma, a maioria dos autores opta por situar-se em leis e decretos que indicam a sua formalização documental e legal, essa é uma via constantemente utilizada. Comumente relata-se o início da educação profissional no Brasil em 1909 a partir do Decreto n° 7.566, de 23 de setembro de 1909, que determinou a criação de 19 Escola de Aprendizes Artífices, nas capitais dos estados brasileiros e na cidade de Campos, emitido pelo então presidente Nilo Peçanha, hoje oficialmente Patrono da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil através da lei n° 12.417 de 9 de junho de 2011.

¹ Mestrando do Curso de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas - AM, diegomelomartins@gmail.com

² Mestrando do Curso de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas - AM, danjeloaraujo@gmail.com;

³ Professor orientador: Doutor, Universidade Federal do Amazonas - AM, valmirfp@ufam.edu.br.

Porém, enquanto objeto de pesquisa, se deve procurar expandir o conhecimento e buscar sempre que possíveis novas abordagens, com a intenção de promover o conhecimento crítico e a reflexão filosófica, com isso, será realizada uma abordagem histórica da Educação Profissional no Brasil em um momento anterior ao lançamento dos instrumentos legais que formalizam a mesma, desde as práticas pedagógicas entre os povos nativos, passando pelos períodos, Brasil Colônia, período Imperial.

Nesse contexto, a história da Educação Profissional será abordada a partir de alguns dos seus momentos cruciais, visando tratar de forma sintetizada, temas centrais que foram decisivos, transformaram e construíram o legado da Educação Profissional e Tecnológica em nossa sociedade em suas diversas concepções.

METODOLOGIA

Os pressupostos metodológicos utilizados nesta pesquisa estão subsidiados na perspectiva científica de natureza bibliográfica e documental, pois “busca o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa” (BOCATTO, 2006).

A pesquisa bibliográfica é procedimento metodológico que se oferece ao pesquisador como uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa, parte da necessidade de exposição do método científico escolhido pelo pesquisador; expõe as formas de construção do desenho metodológico e a escolha dos procedimentos, e demonstra como se configura a apresentação e análise dos dados obtidos (LIMA e MIOTO, 2007).

A pesquisa bibliográfica demanda um trabalho incessante de compreensão e interpretação dos objetos, de observação detalhada das etapas de pesquisa, um esforço de muita interpretação e compreensão de leitura, de questionamento e interlocução crítica em vista do material bibliográfico, além do mais, uma observância epistemológica constante.

Sobre a pesquisa documental Ludke e André (2000) afirmam:

A pesquisa documental é entendida como uma série de operações, visa estudar e analisar um ou vários documentos na busca de identificar informações factuais nos mesmos; descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados, atendo-se sempre às questões de interesse (LUDKE e ANDRÉ, 2000, p. 167).

Neste sentido, a análise documental foi de grande relevância durante a investigação, visto que livros, revistas, artigos, dissertações, teses, leis, decretos, portarias e dados abertos fornecidos por sites oficiais, remetem um registro formal dos fatos dando suporte essencial e fornecendo dados imprescindíveis relacionados ao tema pesquisado.

Ressalta-se que este estudo é parte do projeto de pesquisa do mestrado acadêmico intitulado “A Promoção e Retenção no curso técnico integrado de nível médio em agropecuária do IFAM campus Manaus zona leste numa perspectiva filosófica de Edgar Morin”, em fase de desenvolvimento⁴, aprovado pela Comissão Nacional de Ética e Pesquisa - CONEP, conforme o Parecer Consubstanciado nº 5.981.647 de 09 de abril de 2023.

Adotou-se como ponto de partida as práticas educacionais nos povos nativos e em seguida relatou-se o cenário do Brasil Colônia e as ações de aprendizagem, finalizando no período Imperial e a estrutura educacional até então desenvolvida, constituindo-se assim uma pesquisa com objetivo de demonstrar e contextualizar o cenário da educação profissional no Brasil anterior ao ano de 1909 com a então criação das 19 escolas de Aprendizes Artífices.

A aplicação dessa metodologia e empenho no desenvolvimento apropriado da mesma resultou no desenvolvimento de três seções principais apresentadas neste artigo, sendo estas respectivamente: Práticas Educativas nos Povos Nativos, Brasil Colônia e as ações de aprendizagem, Período Imperial e a estrutura educacional.

PRÁTICAS EDUCATIVAS NOS POVOS NATIVOS

Ao se falar de Educação Profissional, muito provavelmente, a primeira imagem que vem à mente é um modelo educacional voltado para a produção, normalmente para indústria, ou até mesmo para as práticas produtivas aplicadas no campo voltadas para o setor primário, mas é fato que, mesmo antes de existirem as legislações que oficializam esse modelo de ensino, as práticas profissionais já eram ensinadas em comunidades nativas na forma de um processo pedagógico no qual a prática das atividades ensinadas pelos mais velhos era o principal modo de aprendizagem. Sobre essa afirmação a autora Manfredi (2016), afirma que:

[...] podemos dizer, com respeito aos povos indígenas existentes no Brasil, na época da chegada dos portugueses, que suas práticas educativas, em geral, e o preparo para o trabalho se fundiam com as práticas cotidianas de socialização e de convivência, no interior das tribos, com os adultos. As práticas de aprendizagem efetivavam-se

⁴ Projeto vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), campus de Humaitá, AM.

mediante a observação e a participação direta nas atividades de caça, de pesca, de coleta, de plantio e de colheita, de construção e de confecções de objetos (MANFREDI, 2016, p. 45-46).

O trabalho sem dúvida já fazia parte da cultura dos povos nativos mesmo antes do advento da chegada dos colonizadores portugueses, conseqüentemente as técnicas para o desenvolvimento dessa atividade também eram uma realidade, logo o método pedagógico para ensinar essas técnicas era a observação e a prática, metodologia essa que é amplamente utilizada até os dias de hoje nos institutos federais de educação e em várias outras instituições que atuam no campo do ensino profissionalizante, dessa forma caracterizando que os povos nativos já haviam introduzido na sua cultura uma forma de Educação Profissional. Tratava-se, portanto, de um processo de Educação Profissional que integrava (e ainda integra) saberes e fazeres mediante o exercício das múltiplas atividades da vida em comunidade.

BRASIL COLÔNIA E AS AÇÕES DE APRENDIZAGEM

A economia no Brasil no período colonial se sustentava conforme os ciclos, um deles era a cana de açúcar produzida nos engenhos. Havia dois tipos de engenhos, os engenhos reais, que eram dotados de uma infraestrutura completa e avançada tecnologicamente, para a concepção da época, utilizavam força hidráulica nas suas moendas, possuíam muitas pessoas escravizadas e seus próprios canaviais, e os engenhos inferiores, que utilizavam força animal para mover suas moendas, tocados por lavradores que eram homens livres, mas que não possuíam recursos financeiros suficientes para possuir o seu próprio engenho, por esse motivo arrendavam as terras de um senhor de engenho e no final dividiam o açúcar produzido para pagar o arrendamento das terras e os custos de produção. De acordo com Rodrigues e Ross (2020),

No Brasil, fatores especialmente favoráveis para o seu desenvolvimento [cana-de-açúcar] foram encontrados: solos férteis, água profusa, temperaturas quentes, relevos planos e mão de obra indígena abundante, apoiados no desejo e no sonho português de manter o território de onde no futuro se poderia, quem sabe, serem extraídas grandes quantidades de ouro, como ocorria do lado Oeste do Tratado de Tordesilhas. Os canaviais começaram a ser implantados, primeiramente, nas porções litorâneas da costa brasileira e, posteriormente, também nas áreas interioranas. Os escravos, primeiramente indígenas e, posteriormente, africanos, cultivavam-na, cortavam-na e a levavam ao engenho, onde a cana era moída, o caldo aferventado até formar uma garapa, para então ser cristalizado e dar origem aos torrões de açúcar exportados para Europa (RODRIGUES e ROSS, 2020, p. 8).

Predominava o sistema escravocrata de produção e organização do trabalho, era utilizada mão de obra escrava da população nativa de índios, de negros vindos da África e de alguns poucos trabalhadores livres que eram empregados em tarefas de direção ou que necessitavam de alguma qualificação técnica. Mesmo diante desse cenário, no qual a maior parte da força de trabalho era oriunda da exploração das pessoas escravizadas, negros e indígenas, ainda havia a necessidade de mão-de-obra especializada para afazeres técnicos. Diante deste cenário, no qual havia demanda por mão de obra qualificada, porém, não havia oferta de capacitação especializada, predominavam as práticas informais de educação e qualificação para o feitura das atividades demandadas. A aprendizagem dos ofícios, tanto para os escravizados quanto para os homens livres, era desenvolvida no próprio ambiente de trabalho sem padrões ou regulamentações, sem atribuições de tarefas para os aprendizes. (CUNHA, 2005).

Era comum que a aprendizagem se desse sem nenhum tipo de programa ou planejamento, as atividades práticas ocorriam no local de trabalho de acordo com as atividades do dia e os aprendizes eram aqueles que demonstravam interesse em aprender. Sobre isso Cunha (2005) afirma que:

Os aprendizes não eram necessariamente crianças e adolescentes, mas os indivíduos que eventualmente demonstrassem disposições para a aprendizagem, em termos tanto técnicos (força, habilidade, atenção) quanto sociais (lealdade ao senhor e ao seu capital, na forma das instalações, instrumentos de trabalho, matéria-prima, mercadorias e a conservação de si próprio, também capital). (CUNHA, 2005, p. 32)

Durante os primeiros séculos de colonização houve a expansão da agroindústria e a intensificação da atividade extrativista de minérios em Minas Gerais, que gerou núcleos urbanos que abrigavam a burocracia do Estado metropolitano e as atividades de comércio e serviços. A população desses núcleos urbanos criou um mercado consumidor para os mais diversos produtos artesanais e utensílios domésticos, o que gerou a necessidade do trabalho especializado dos diversos artesãos: sapateiros, ferreiros, carpinteiros, pedreiros e outros.

Nesse contexto de emergente demanda por produtos e serviços, que até então tinham uma oferta limitada, os colégios e residências jesuíticas, que já possuíam o seu próprio quadro de artesãos para construção, manutenção e prestação de serviços, tiveram um papel e função social de destaque em meio às necessidades e demandas dos emergentes núcleos urbanos, locais esses nos quais os jesuítas já estavam instalados e familiarizados.

Assim, os colégios e residências jesuíticas sediados em alguns dos principais centros urbanos foram os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as “escolas-oficinas” de formação de artesãos e demais ofícios durante o período colonial. (MANFREDI, 2016, p. 48)

A partir do século XVIII surgiram as manufaturas têxteis e as metalúrgicas que trabalhavam principalmente na fabricação de ferraduras e ferramentas dedicadas ao uso na mineração. A regulamentação das práticas de ofício no Brasil variava de uma cidade para a outra, tendo as câmaras municipais flexibilidade para a elaboração dos nomes.

O trabalho escravo, que foi uma das marcas do período colonial, e que sobreviveu por mais de três séculos, deixou suas marcas na cultura, na sociedade e na forma como se pensava o trabalho e de como o mesmo era dividido entre as classes sociais e seus membros. Criou-se durante esse período a ideia de que os trabalhos braçais e que exigiam pouca ou nenhuma qualificação profissional eram destinados às classes consideradas inferiores, escravizados (indígenas e africanos). Ideologia essa, que mesmo passando por transformações ao longo dos séculos, ainda permanece arraigada na sociedade Brasileira, é comum ainda hoje, que trabalhos que exigem mais uso da força e menor qualificação profissional sejam destinados ou até mesmo reservados a populações discriminadas e marginalizadas há séculos. Cunha (2005) afirma que,

Em uma sociedade onde o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica “contaminava” todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos [...]. Aí está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres (CUNHA, 2005, p. 90).

Temos aqui a raiz de uma das várias apresentações do preconceito e discriminação enraizados no senso comum da nossa sociedade, o trabalho passa ser visto com pseudo elemento que determina a qual classe social as pessoas pertencem, criando mais uma separação entre pobres e ricos, negros e brancos, classe trabalhadora e burguesia.

PERÍODO IMPERIAL E A ESTRUTURA EDUCACIONAL

O advento da transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, mais especificamente para o estado do Rio de Janeiro, mudou a situação do país, que deixava de ser colônia para se tornar a sede do reino. Em vista disso, durante as primeiras décadas do século XIX ocorreram transformações econômicas e políticas muito significativas. A economia do Brasil deixou de se basear somente na agroindústria que era voltada para o sistema colonial de

trocas. Deu-se início a implantação de atividades e de empreendimentos industriais estatais e privados para subsidiar o comércio que interessava à Metrópole. Ao mesmo tempo, deu-se início a formação do Estado Nacional e a constituição do aparelho educacional escolar, que se manteve por mais de um século basicamente com a mesma estrutura (CUNHA, 2005). Segundo Xavier, Ribeiro e Noronha (1994),

Embora não tenha sido objeto de legislação especial, a questão do ensino profissional veio à tona ainda no Período Imperial. Sem dúvida, essa era uma preocupação que refletia as transformações por que passaria, em curto prazo, a sociedade brasileira. Essas transformações já se pronunciavam no movimento pela abolição da escravidão, no processo migratório que se iniciava e no breve surto industrial do Segundo Reinado. Tudo colaborava para acelerar a urbanização do Sudeste do país, que vinha estimulando o crescimento da demanda de ensino superior, a denúncia da precariedade da escola pública elementar e, como não poderia deixar de ser, a defesa de um ensino popular profissionalizante (XAVIER, RIBEIRO e NORONHA, 1994, p. 87).

Nesse contexto, a obra educacional da Igreja por meio da Ordem Religiosa dos Jesuítas desempenhou relevante papel dando a sua contribuição para a educação e qualificação profissional da população. Embora a atividade dos jesuítas no Brasil mais divulgada seja a catequese dos povos indígenas, não foi menos importante sua empresa escolar, meio privilegiado, aliás, de sua atuação em todo o mundo. Em meados do século XVIII, os jesuítas mantinham no Brasil 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários maiores, fora uma quantidade indeterminada de seminários menores e "escolas de ler e escrever". Além das numerosas infraestruturas e iniciativas, a Companhia de Jesus possuía para suas escolas, uma pedagogia, modelos institucionais e currículos próprios, tudo isso condensado no *Ratio Studiorum*⁵.

Esses colégios foram ganhando prestígio, com o passar do tempo, junto à nobreza de Portugal, a ponto de, ainda no século XVI, a Companhia de Jesus receber a direção do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, onde vieram a ser realizados os exames de ingresso à universidade (CUNHA, 2005).

Os jesuítas, com o seu projeto educacional, detinham o controle direto e indireto da educação escolar em todo o reino português. Os jesuítas e seu projeto educacional só perderam a posição que ocupavam no campo educacional após 1759, com a sua expulsão de Portugal e

⁵ Essa expressão pode ser traduzida com *Sistema de Estudos*, e se refere a um conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuítas. Além de sustentar a educação jesuítica, também ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas.

de seus domínios. A sua expulsão deveu-se a um feixe complexo de causas econômicas, políticas e ideológicas. A expulsão da Companhia de Jesus desorganizou a educação escolar existente, levando o Estado a montagem de um novo aparelho escolar para preencher o vazio. Manfredi (2016) argumenta que,

A expulsão da Companhia, em 1759, durante certo período, desorganizou o sistema de educação escolar existente, e o Estado foi obrigado a montar outro aparato escolar para substituí-lo; contudo, isso levou tempo. As primeiras medidas rumo à constituição de aparelho estatal vão ocorrer após a transferência do reino português para o Brasil, em 1808. O desmantelamento do sistema jesuítico, contudo, não impediu a rearticulação das iniciativas privadas e confessionais de educação, que se reconfiguraram em outros períodos históricos, embora já não sob a hegemonia jesuítica (MANFREDI, 2016, p. 53).

Passados então quase meio século, desde 1759 até 1808, quando as primeiras instituições públicas a serem fundadas foram às de ensino superior, destinadas a formar as pessoas para exercerem funções qualificadas no Exército e na administração do Estado. No Rio de Janeiro foi criada a Academia de Marinha e as cadeiras de Anatomia e Cirurgia (1808); a Academia Real Militar (1810); o curso de Agricultura (1814); o curso de Desenho Técnico (1818); a Academia de Artes (1820). Na Bahia, foram criadas as cadeiras de Cirurgia e de Economia Política (1808); o curso de Agricultura (1812); o curso de Química (1817). Outras cidades também possuíam instituições de Ensino Superior, como a cadeira de Matemática superior, criada no Recife ou em Olinda, em 1809, e as cadeiras de História e de Desenho em Vila Rica, em 1817 (CUNHA, 2005).

O Estado deu prioridade a instaurar a sua política de ensino começando pelo topo, enquanto isso os demais níveis de ensino que estavam abaixo do Ensino Superior serviam como cursos preparatórios para o ingresso na universidade, modelo esse que mesmo nos dias de hoje ainda é praticado, com algumas modificações, principalmente no que se refere ao ensino ofertado pela iniciativa privada em suas escolas e cursinhos. É comum nas escolas o discurso ideológico de que os estudantes devem sempre se preparar para prestar os processos seletivos de ingresso ao Ensino Superior.

De acordo com Cunha (2005), no caso do ensino secundário, na época, o mesmo era ofertado em alguns poucos estabelecimentos, tais como o São José e o São Joaquim, no Rio de Janeiro. Este último serviu com germe para a criação do Colégio Pedro II, em 1837. Com o passar do tempo o ensino secundário foi se desenvolvendo, por ampliação e diferenciação, mas sempre tendo em vista o Ensino Superior.

Paralelamente à construção do sistema escolar público, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário e do superior, com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais. A educação Profissional, como preparação para os ofícios manufatureiros, era ministrada nas academias militares (Exército e Marinha), em entidades filantrópicas e nos liceus de artes e ofícios. (MANFREDI, 2016).

Dentro dessa perspectiva, havia ainda as casas de educandos artífices, que eram instituições governamentais administradas por entidades de perfil militar, estas instituições surgiram mediante um cenário no qual se constituiu uma demanda de empreendimentos manufatureiros de grande porte e escassez de mão de obra qualificada, então o Estado adotou o sistema de trabalho e mão de obra compulsória, no qual era ofertado aos menores de idade das classes mais pobres e excluídos a possibilidade de aprender um ofício e obter uma remuneração futura. Os órfãos, os abandonados, os desvalidos, pessoas marginalizadas e pobres na sua maioria absoluta eram o público alvo desse sistema de ensino que era desenvolvido principalmente nos arsenais do Exército ou da Marinha, nos cais e em hospitais. Sobre as casas de educandos artífices Manfredi (2016), relata que:

Entre 1840 e 1856 foram fundadas as casas de educandos artífices por dez governos provinciais, que adotaram o modelo de aprendizagem de ofícios vigentes no âmbito militar, incluindo os padrões de hierarquia e disciplina. Crianças e jovens em estado de mendicância eram encaminhados para essas casas, onde recebiam instrução primária - no âmbito da leitura, da escrita, da aritmética, da álgebra elementar, da escultura, do desenho, da geometria, entre outros - e aprendem alguns dos seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com a dupla finalidade de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio, que lhe era entregue no final do triênio. (MANFREDI, 2016, p. 55).

Em relação a essa questão, o pecúlio é uma soma em dinheiro economizada durante um determinado período com o intuito de que a mesma possa vir ser utilizada em uma necessidade ou eventualidade futura. Essas economias, que no caso dos artífices eram geradas ao longo de três anos de serviço, seriam disponibilizadas e utilizadas após esse período com o intuito de pagar pelos seus serviços e de ser uma forma da pessoa se manter até se recolocar no mercado de trabalho ou obter uma nova fonte de renda.

Se considerarmos ainda o fato de que os educandos artífices precisavam passar três anos em atividade para pagar os seus estudos e reunir algumas economias em forma de pecúlio, não podemos considerar que o Estado de fato proporcionou de forma ampla e gratuita o acesso ao ensino e a educação. O interesse do Estado era de absorver mão de obra minimamente

qualificada para atender às suas demandas retidas de mão de obra para atuar principalmente em seus arsenais militares. Com a grande disponibilidade de uma população ociosa, desqualificada, mão de obra barata, entre outras mazelas pela qual as classes mais baixas da população passava - e ainda passa até os dias de hoje -, o Estado se aproveita da necessidade da mesma para suprir ao seu próprio interesse, desse ponto de vista, não há aqui benevolência, altruísmo ou se quer boa vontade alguma do Estado para com as necessidades do povo, há apenas a preocupação com as suas próprias necessidades e demandas.

Devemos ainda mencionar sobre esse período a iniciativa dos liceus de artes e ofícios, que foi oriunda de entidades da sociedade civil, cujos recursos vinham das quotas de sócios ou de doações de benfeitores. Sócios e benfeitores eram membros da burocracia do Estado, nobres, fazendeiros e comerciantes. Muitos desses liceus de artes e ofícios também funcionaram como escolas primárias, pois na época essa modalidade de ensino era bastante restrita e com pouca oferta, principalmente para quem não podia pagar.

Entre 1858 e 1886 foram criados liceus de artes e ofícios nos seguintes centros urbanos: Rio de Janeiro, o primeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paula (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). Em regra geral, o acesso aos cursos era livre, com exceção às pessoas escravizadas. As matérias que eram ofertadas nos cursos eram divididas em dois grupos, ciências aplicadas e artes, e os cursos profissionais eram um número equivalente a cada uma das matérias do grupo de artes, desenho da figura humana, desenho geométrico, desenho ornamental, desenho de máquinas, desenho de arquitetura civil e regra de construção, desenho de arquitetura naval e regras de construção, escultura de ornamentos e arte cerâmica, gravura, talho-doce, xilografia e pintura. (MANFREDI, 2016, p. 56-57)

Mesmo os liceus de artes e ofícios ofertando práticas educativas diferentes daquelas promovidas pelo Estado, as motivações tanto da iniciativa da sociedade civil quanto do Estado, não aparentam divergir muito entre si nos seus objetivos e função, mesmo os liceus de artes e ofícios sendo mantidos por recursos de doações e de benfeitores, ainda assim, os objetivos com essa oferta de capacitação profissional são muito próximos daqueles do Estado, que nada mais é que criar mão de obra qualificada para suprir aos seus próprios interesses se valendo das mazelas da sociedade em função da sua própria necessidade.

A reforma da Instrução Primária e Secundária, decretada por Couto Ferraz, em 1854, introduziu medidas especiais para atender aos menores abandonados. Tais medidas incluíam a criação de asilos, nos quais as crianças recebiam a instrução referente ao Primeiro Grau e a capacitação para um ofício. Um dos principais estabelecimentos dessa natureza, destinado ao amparo de órfãos e, ao mesmo tempo, à formação de trabalho, foi o Asilo dos Meninos

Desvalidos, criado no Rio de Janeiro. O direcionamento discriminatório e assistencialista que era reservado ao aprendizado de ofícios manuais se caracterizava por ser um ensino necessário à indústria, que tinha sido a princípio destinado aos silvícolas, depois aplicado as pessoas escravizadas, em seguida aos órfãos e aos mendigos, e logo passaria a atender, também, a outros desgraçados (FONSECA, 1986).

A oferta de benefícios assistenciais e compensações nunca foi uma forma de beneficiar a população pobre e excluída, mas sim uma maneira de controlar a revolta e os anseios da mesma. A difusão da ideologia de inserção e ascensão social por meio do trabalho e do acúmulo de capital, funcionava e ainda funciona nos dias de hoje, para controlar a população com a promessa de que todos aqueles que trabalharem terão o seu lugar garantido nos melhores setores da sociedade e de que todos podem ter oportunidade por meio do seu esforço próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo, após explorar os períodos iniciais da Educação Profissional no Brasil, passando pelos povos nativos, período colonial e imperial, que passamos por um verdadeiro apagão do Estado com relação a sua responsabilidade com relação a educação e qualificação profissional da população, principalmente das classes menos favorecidas. O trabalho era exercido de forma arcaica e com pouca ou nenhuma qualificação e instrução técnica para o desenvolvimento de atividades essenciais ao crescimento e desenvolvimento adequado do país.

A constante ausência e inoperância do Estado criou a necessidade e deu espaço para o surgimento de iniciativas paralelas que deteriam o controle e a oferta quase que total da educação, estabelecendo seus próprios objetivos, parâmetros e interesse na meta de educar e qualificar profissionalmente a sociedade. Um claro exemplo disso foi a Companhia de Jesus, que se alastrou pelo território nacional difundindo a educação de acordo com a sua ideologia e seus valores, chegando a lugares e tomando dimensões que o próprio Estado não alcançava. Além das iniciativas particulares que também fizeram parte da história da educação profissional, mas sempre mantendo a defesa dos interesses das elites dominantes.

Após passado muito tempo, o Estado se manifesta com a criação das casas de educandos artífices, que oferecia qualificação profissional sob a responsabilidade do Estado, porém o mesmo ofertava essa qualificação apenas em função da compensação de suas próprias demandas, treinando trabalhadores para atuarem nos arsenais do exército e da marinha.

Este percurso de ausência e inoperância do Estado demonstra o quão tardio se deram as políticas educacionais mediante as demandas retidas da população e do mercado de trabalho, a criação das 19 escolas de aprendizes artífices em 1909 foi uma medida tardia frente a ausência secular do Estado, porém marcou o início de uma nova era com relação a educação profissional.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM) pelo apoio ao Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH), campus Humaitá, AM.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, v. 18, n. 3, p. 265-274, dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 03 de set. de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Créa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 24 de out. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.417, de 9 de junho de 2011**. Declara Nilo Peçanha Patrono da Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12417.htm. Acesso em: 24 de out. de 2022.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 1 ed. São Paulo: Unesp, 2005.

FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. esp, p. 37-45, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 de mai. 2022.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 1 ed. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2000.



MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental**. 1 ed. Uberlândia: Edufu, 2020.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luisa Santos; NORONHA, Olinda Maria. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.